

152

**ATA DA CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA ASSEMBLÉIA
ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE-
CONANDA**

Aos treze dias do mês de junho de dois mil e sete, às nove horas e dez minutos, na sala 304 do Edifício Sede do Ministério da Justiça, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, nesta Capital, deu-se início a 152ª Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente Conanda. A Senhora Presidente do Conselho Carmem Silveira de Oliveira, Secretária Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República abriu os trabalhos contando com a presença dos conselheiros titulares: Maria Júlia Rosa Chaves Deptulski, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; Alda Elizabeth Boehler Iglesias Azevedo, Sociedade Brasileira de Pediatria; Maria Ignês R. Souza Bierrenbach, Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança; Marta Marília Tonin, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Miriam Maria José dos Santos, Inspetoria São João Bosco / Salesianos; Beatriz Hobold, Pastoral da Criança; Fábio Feitosa da Silva, União Brasileira de Educação e Ensino; Maria Aurilene Moreira Vidal, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Ariel de Castro Alves, Movimento Nacional de Direitos Humanos; José Ricardo Calza Caporal, Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços; Antônio Pereira da Silva filho, Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas; Loiva Terezinha Dietrich, Fundação Fé e Alegria do Brasil; Maria Luiza Moura Lacerda, Conselho Federal de Psicologia; Raimunda Núbia Lopes da Silva, Central Única dos Trabalhadores; Cristina de Fátima Guimarães, Secretária Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; Ivanildo Franzosi, Casa Civil da Presidência da República; Leandro da Costa Fialho, Ministério da Educação; Rogério Baptista Teixeira Fernandes, Ministério da Fazenda; Eduardo Basso, Ministério da Previdência Social; José Eduardo Romão, Ministério da Justiça. Conselheiros Governamentais Suplentes que assumiram a titularidade nesta assembléia: Solange Stella Serra Martins, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Deuzinêa da Silva Lopes, Ministério do Trabalho e Emprego; Luseni Maria Soares de Oliveira, Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão; Andréa Giovanetti, Ministério das Relações Exteriores. Conselheiros Não-Governamentais suplentes presentes: Elenice Baptista, Aldeias Infantis SOS / Brasil; Manoel Onofre de Souza Neto, Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça; Iralda Cassol, Sociedade Literária Caritativa Santo Agostinho; Maria Carolina Silva, Visão Mundial. Dando início aos trabalhos a Senhora Presidente submeteu a Pauta à plenária a qual foi aprovada, conforme segue: **I - Abertura da assembléia, aprovação da Pauta da 152ª Assembléia Ordinária e aprovação das Atas da 150ª Assembléia Ordinária e da 151ª Assembléia Extraordinária do Conselho.** A Senhora Presidente fez a abertura dos trabalhos com uma sessão de informes e comentários sobre a modificação e aprovação da pauta sugerida. Ressaltou que irá proceder à apresentação do PPA da fase qualitativa, depois apresentará um relato de como foram os encaminhamentos e o que estará confirmado para a assembléia do dia seguinte. Após o intervalo para o almoço as Comissões voltarão à pauta. A Presidente disse que existem alguns pontos que já foram incluídos na pauta, por exemplo, a Comissão de Orçamentos e Finanças, os encaminhamentos acerca do edital da campanha "Não bata, eduque", Projetos Esportivos Sociais e

políticas públicas, além dos encaminhamentos da segunda oficina de aprendizagem e do balanço das atividades da semana de dezoito de maio. Enfatizou que no dia seguinte haverá informes sobre os encontros do Fonacondica, bem como a participação do Conanda naquele Fórum. Serão feitas apresentações da análise dos dados da Chamada Nutricional Quilombola, da Agenda Social Criança e Adolescente e do Plano de Comunicação do Conanda, que contará com um período de duas horas de debate, seguido do intervalo para o almoço. No período vespertino, a Plenária trará os informes das Comissões e serão discutidas a composição da Secretaria Executiva do Conanda, informes da SPDCA, e a redução da maioria penal. Em seguida, a Presidente submeteu à plenária as Atas da penúltima Assembléia Ordinária e da última Assembléia Extraordinária, as quais foram aprovadas com correções pertinentes. **II – Apresentação do PPA 2008 / 211 – Fase qualitativa:** A Presidente informou que seriam apresentados os PPA 2008 – 2011 - fase qualitativa, da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - SPDCA, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação - MEC e do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Destacou que em semestres anteriores essas rodadas de acompanhamento do PPA e da execução orçamentária, incluíam também o Ministério da Fazenda, mas que havia consultado o conselheiro Rogério, o qual sugeriu que o mesmo poderia ser discutido na Comissão de Orçamento, que definirá o momento mais adequado para apresentação daquela ação. Neste momento a Senhora Presidente passou a coordenação dos trabalhos da Plenária à Vice Presidente do Conselho para que ela pudesse fazer a devida apresentação do PPA conforme segue: **a) Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente:** A Senhora Subsecretária iniciou a sua apresentação fazendo um relato sobre as competências da Secretaria Especial de Direitos Humanos e destacando o assessoramento direto e imediato ao Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes voltadas à promoção dos direitos humanos, da criança, do adolescente, do idoso, da pessoa com deficiência. Assinalou os resultados alcançados na primeira gestão do governo, destacando a estabilidade econômica, a geração de empregos, a expansão dos programas sociais e a transversalidade da política de direitos humanos. A Subsecretaria sinalizou novos compromissos para esse próximo período, dando ênfase ao fortalecimento dos Conselhos Nacionais, a ampliação de mecanismos de combate à discriminação e todas as formas de violência, o aumento da política de acesso à justiça, além do reforço da atuação do Brasil nas Nações Unidas e no Mercosul. Apresentou os principais desafios a serem considerados, onde incluíram o enfrentamento das iniquidades regionais, étnicos raciais e de gênero nas políticas públicas de atendimento à infância e adolescência no país, mediante o fortalecimento da gestão municipal e da universalização dos Conselhos dos Direitos e Tutelares. Definiu os objetivos estratégicos do PPA, que envolvia o Plano Nacional de fortalecimento do sistema de garantias do direito da criança e do adolescente, na sua formulação e implantação; a partir da criação do observatório nacional dos direitos da criança e do adolescente. Esclareceu que no PPA 2008-2011 o programa "Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes", substituirá o atual Programa Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, cujo objetivo será promover um conjunto de ações articuladas que permitem a intervenção técnica e política para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, bem como o resgate e a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos. Quanto ao Atendimento Sócio Educativo, ganhará nova denominação e foco, cujo título será Pró-Sinase, que terá como objetivo a articulação intersetorial e a mobilização comunitária. A Vice-

Presidente Senhora Júlia ressaltou que na apresentação do Sinase, sentiu falta de uma ação programada referente à implementação das medidas socioeducativas em meio aberto, e que não havia percebido nenhuma ação para o plano nacional de convivência familiar e comunitária. A Conselheira Miriam acrescentou não ter visto nenhuma ação de divulgação e sensibilização da população em relação à questão do adolescente em conflito com a lei e em relação ao Sinase. Comentou não ter entendido o porque do Programa Adolescente Trabalhador do Banco do Brasil, não ficando claro se ele estava dirigido ao Programa de aprendizagem. Também concordou com a questão colocada pela conselheira Júlia sobre o Plano Nacional de Convivência Familiar Comunitária. A Presidente esclareceu sobre o Pró-Sinase e o papel desempenhado pelos CREAS, como um articulador de políticas sociais. Assinalou os eixos fortes da agenda social, que eram o reordenamento dos abrigos e o incentivo a práticas alternativas, citando como exemplo o Programa de famílias acolhedoras. **b) - Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão:** O Senhor Pedro Cavalcante, da Secretaria de Planejamento, apresentou os objetivos estratégicos com enfoque nas questões relacionadas à criança e o adolescente, que estão em consonância com o Plano Nacional de Desenvolvimento Social. Destacou a redução da pobreza, ampliação da rede de proteção e combate à desigualdade social; **c)** A conselheira Solange representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome destacou a implantação das ações de vigilância social, defesa social e institucional; e ainda o incremento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Explicou também sobre as ações do Programa Agente Jovem e do Pronaf da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional. **III Reunião das Comissões Temáticas:** No período da tarde os representantes das Comissões Temáticas se reuniram para tratar de assuntos específicos de suas áreas de atuação. No segundo dia da assembléia deu-se continuidade aos pontos de Pauta, conforme segue: **IV - Informes sobre os Encontros Regional e Nacional do Fonacondica e a Participação do Conanda naquele Fórum.** A Senhora Presidente cumprimentou a todos e em seguida passou a palavra para a apresentação do Senhor Diego Valle, que explanou sobre o objetivo do Fórum Nacional, no intuito da articulação e do fortalecimento dos conselhos dos direitos em âmbito nacional. Em seguida falou das quatro propostas alinhadas ao regimento interno, que são; **a)** articular os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente nas diversas instâncias federativas; **b)** construir agenda única de atividades anuais de articulação dos Conselhos dos Direitos; **c)** criar bancos de dados com informações das atividades desenvolvidas pelos Conselhos dos Direitos; **c)** promover debates sobre os exercícios das funções legais atribuídas aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente. Falou sobre o último encontro nacional no mês de outubro de dois mil e seis, que aconteceu em Belo Horizonte e que teve como encaminhamento a participação do Conanda nas reuniões do Fonacondica. Falou também sobre o Encontro Nordeste que será realizado na cidade de Maceió, nos dias doze a quatorze de julho de dois mil e sete. Os pontos principais do Encontro de Belo Horizonte foram: a estratégia para a instalação e funcionamentos dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente; discussões dos pontos constantes da lei de criação dos conselhos e regimento interno; elaboração de planos de trabalho: planejamento, metas, diagnóstico, planejamentos estratégico, instâncias imprescindíveis ao funcionamento dos conselhos. Composição e perfil dos conselheiros dos direitos: representantes governamentais e não governamentais. Discussão para o planejamento de controle das políticas públicas e o caráter vinculativo da deliberação do conselho dos direitos. Com relação ao Sinase, o Senhor Diego informou que foram elencados cinco temas; **a)** procedimentos para a implementação, controle, riscos e competências; **b)** os planos estaduais e municipais;

c) o processo de municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto; d) a questão do confinamento; e) o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência - Sipi, o Sinase, o controle de diagnóstico e a redução da maioridade penal. Por fim, afirmou a necessidade do fortalecimento dos conselhos dos direitos junto ao Conanda. A conselheira Maria Ignês sugeriu que o Conanda abrisse espaço para o Fonacondica ou para os próprios Conselhos Estaduais e Municipais dentro de uma agenda programada efetivamente. Para o conselheiro Manoel Onofre: "o objetivo do Conanda era articular essas esferas para que o trabalho em prol da criança e adolescente fosse muito mais qualificado e tivesse um nível de efetividade muito maior". A Senhora Presidente disse que de acordo com as apresentações as funções do Fonacondica eram similares às funções do Conanda. A conselheira Miriam concordou com a Senhora Presidente e disse ser importante essa articulação de integração dos Conselhos. O conselheiro Ariel considerou importante a criação de fóruns, porém, propôs delimitar suas atribuições legais às atribuições do Conanda. Considerou esse intercâmbio entre os conselhos importante. Disse que o Conanda tem falhado na necessidade de uma maior frequência de relacionamento com os Conselhos Estaduais e Municipais, alegando que informações importantes não chegavam a muitos Conselhos Municipais e Estaduais e que muitos nem sabiam da existência do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária e do Sinase, além do desconhecimento das resoluções do Conanda. Apresentou como proposta a realização de videoconferências com todos os Conselhos, e principalmente com os Conselhos Estaduais, aproveitando os dias de Assembléia em Brasília. Por fim, propôs que o Conanda designasse conselheiros para acompanhar todas as reuniões do Fonacondica. O Senhor Diego Valle afirmou que o Fonacondica surgiu das discussões havidas nos Encontros de Articulação do Conanda com os Conselhos realizada a cada dois anos e lembrou que essas articulações só se davam por ocasião das Conferências ou dos Encontros nacionais e que os Conselhos Estaduais só procuram os Conselhos Municipais também em ano de Conferência. Ressaltou ser essa a mensagem que o Fonacondica estava trazendo para o Conanda, afirmando que os Conselhos dos Direitos estavam com essa disponibilidade e achavam interessante ter este espaço de articulação. Ressaltou que de forma alguma o Fonacondica queria assumir atribuições do Conanda e sim trazer uma perspectiva de construção coletiva de participação democrática. A Senhora Presidente passou para os encaminhamentos decorrentes desta discussão, e disse que o Conanda considerava excelente a articulação em torno do Fonacondica, sugerindo que a Comissão de Mobilização e Formação aprofundasse mais a proposta. Foi considerada a possibilidade sobre o aproveitamento de tempo para que nos períodos das assembleias se realizassem Vídeos Conferências e que na próxima reunião do Fonacondica contemplasse o tema do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. Propôs que houvesse a iniciativa de um boletim eletrônico mensal do Conanda e que incluísse temas sobre o Fonacondica. O conselheiro Ariel sugeriu uma videoconferência já na próxima reunião, abordando as Conferências Estaduais, que terão início no próximo mês de setembro. Propôs também que fosse realizado vídeo conferências no próximo ano, quando será realizado o Encontro Nacional de Articulação com os Conselhos. Outra proposta apresentada foi a de designar conselheiros para participarem das reuniões do Fonacondica, quando estas forem agendadas.

V - Apresentação da análise dos dados da chamada nutricional quilombola: A Senhora Presidente convidou para compor a mesa, a Senhora Leonor Pacheco, Diretora interina de avaliação e monitoramento do MDS, e a Senhora Maria Palmira, Diretora da Subsecretaria de Ação Afirmativa de Comunidades Tradicionais, da Seppir. A Senhora Leonor após cumprimentar a todos iniciou falando sobre o

último diagnóstico nutricional feito no Brasil, que aconteceu em mil novecentos e noventa e seis e do dia de vacinação, que já tinha mais de vinte anos de tradição. O conselheiro Ivanildo complementou, informando que hoje já se poderia comemorar os vinte e sete anos do primeiro dia da Campanha Nacional de Vacinação e que a Campanha tinha vindo para ficar. Continuando, a Senhora Leonor ressaltou que haviam sido treinadas equipes em vinte e dois estados, com a participação de agentes comunitários de saúde quilombola para coleta dos dados e que menos de um por cento dos questionários aplicados foram devolvidos incompletos. Alegou não haver dúvidas que as famílias rurais eram as famílias de mais baixa renda, apresentando em termos percentuais as famílias que não tinham esgotamento sanitário e água pública potável. Esclareceu que, no semi-árido foram registradas dezesseis mil crianças, sendo mil e seiscentas nos assentamentos rurais. Informou que o Programa Bolsa Família acessava os programas de benefícios sociais, bem como os remanescentes do Programa Bolsa Escola e Bolsa Alimentação. A Senhora Leonor informou que os quilombolas eram as comunidades que possuíam a maior cobertura do Programa Bolsa Família. Sobre a situação nutricional das comunidades quilombola, ressaltou que as mesmas eram mais precárias do que a situação encontrada no semi-árido. A conselheira Miriam sugeriu que fosse enviado ofício aos Ministérios da Saúde, do Desenvolvimento Social, da Educação e a Seppir, para saber desses órgãos, a partir do diagnóstico apresentado quais seriam as ações concretas que eles estavam sendo priorizadas ou irão ser a partir dos resultados da pesquisa, para solucionar ou minimizar os problemas apresentados, tendo sido a sugestão acatada por todos. Encerrando o debate, a Senhora Presidente propôs que houvesse uma inversão da pauta, apresentando o plano de comunicação do conanda. **VI - Apresentação do Plano de Comunicação do conanda.** A Senhora Presidente apresentou as técnicas da Andi, e em seguida passou a palavra à Senhora Ana Pennido, que fez a apresentação do Plano. De acordo com a explanação, no âmbito interno o sistema de comunicação ainda não estava organizado e dificultava o acesso e a partilha da informação entre os conselheiros. No âmbito institucional essa percepção era de que a sociedade ainda não tinha clareza sobre o papel e o funcionamento do Conanda. No âmbito da causa, disse que o Conanda tinha o desafio de disseminar suas orientações para a sociedade, de maneira que a sociedade incorporasse estas orientações, compreendesse as questões ligadas à criança e o adolescente e as modificasse, melhorasse ou aperfeiçoasse a sua forma de lidar com estas questões. A Senhora Ana ressaltou que o plano de comunicação propunha: a) esclarecer a sociedade sobre o papel e a importância do Conanda, dar visibilidade sobre o seu posicionamento, ações e resultados e criar canais de interação com seus diversos interlocutores; b) tornar o Conanda uma referência fundamental na área da criança e do adolescente perante a mídia e a sociedade; c) a criação de um portal que contenha informações sobre direitos das crianças e adolescentes que sirva de orientação para diversos órgãos e sociedade civil, com banco de dados; d) uma sessão específica para a mídia com pautas, com fontes de informações, artigos, orientações, subsídios, para que a mídia pudesse encontrar no Conanda um agente que lhe prestasse um serviço valioso para produzir matérias, reportagens e documentários sobre a criança e o adolescente. Destacou que era realmente uma sessão de serviço para orientar e para subsidiar o trabalho dos comunicadores; e) realizar uma sessão temática para discussão e para o aprofundamento desses assuntos que são priorizados a cada gestão ou que emergem com uma necessidade de discussão com a sociedade, para o devido esclarecimento da mesma sobre pontos específicos ou genéricos, citando como exemplo a discussão sobre a maioridade penal, onde fossem colocados dados, artigos, opiniões e se abrissem debates para que a sociedade esclarecesse as suas dúvidas;

discutissem com pessoas que tivessem mais aprofundamento sobre esse tema. Enfim que fosse criado um portal amplo; f) o uso de E-group e sistema de classificação de mensagens eletrônicas; g) folder institucional em versão impressa e eletrônica, boletim eletrônico, boletins mensais; h) um treinamento em mídia para os conselheiros; i) os temas adaptados em gibis, para as crianças e adolescentes, produzidos por meio de concursos e profissionais. A Senhora Presidente agradeceu a apresentação objetiva da Senhora Ana, abrindo o debate à plenária. O conselheiro Ariel parabenizou a Senhora Ana pelo plano de comunicação e ressaltando a sua importância. O conselheiro Fábio confirmou a necessidade de haver uma assessoria de comunicação. A conselheira Marta aprovou a apresentação da Senhora Ana e disse ser importante uma assessoria para acabar com os preconceitos que as crianças e adolescentes sofriam. O conselheiro Ricardo Caporal lembrou a todos que o plano de comunicação só seria concretizado se houvesse uma estrutura adequada na Secretaria Executiva. A conselheira Maria Luiza lembrou a todos a necessidade de se colocar o Plano em prática o mais urgente possível, porque as coisas estavam acontecendo no país em uma velocidade desigual e a comunicação pelo outro lado não era acelerada. A conselheira Miriam elogiou a proposta da Senhora Ana, e disse que o Conanda precisava ter estrutura para desenvolvê-la. A senhora Ana respondeu a todos os conselheiros, esclarecendo que, com relação ao Fundo, estava previsto no documento mais detalhado. Com relação ao portal, disse acreditar que era o melhor instrumento para dar transparência ao Fundo, inclusive informando a criação de um banner sobre o tema. Esclareceu que o Plano previa a contratação de um jornalista e um editor para trabalharem principalmente no portal e nos instrumentais. Esclareceu também que o Plano previa a contratação de um mobilizador que irá juntar os textos que os conselheiros irão produzir dando ênfase na dinâmica do processo. Informou ainda, que haveria a contratação de dois repórteres para produzir o conteúdo dos textos. A Senhora Ana esclareceu que a proposta apresentada estava em termos do ideal, sugerindo que o Conanda transformasse o plano de comunicação num projeto a ser financiado por meio de doações ao Fundo Nacional. Um projeto principalmente de fortalecimento institucional e mobilização social para ser executado por meio da terceirização. A Senhora Vice Presidente, questionou quais eram os próximos passos para que a Cipó Produções desenvolvesse o projeto e como ficaria as relações contratuais? O conselheiro Manoel Onofre ressaltou que, para repassar os recursos deveria ser aberto um edital público, como se fosse um projeto normal do Conanda. O conselheiro Fábio esclareceu que existiam situações que poderiam ser terceirizadas. A conselheira Maria Ignês argumentou que o portal seria a grande ação, por ser transversal. **VII – Secretaria Executiva do Conanda:** O conselheiro Ariel, reivindicou a necessidade da contratação de uma pessoa que ocupasse o cargo de Secretário Executivo do Conselho e que o nome proposto era do ex-conselheiro Cláudio Augusto Vieira. Propôs ainda, a continuidade dos servidores: Rofino, Célia, Réjane nos seus cargos atuais e também o retorno da Bernadete e do Jousivan, para compor a Secretaria Executiva. Propôs também, a garantia de uma assessoria de comunicação e sugeriu que a Bernadete, além de voltar para o cargo na Secretaria Executiva, continuasse na Comissão de Políticas e Públicas. Ressaltou inclusive, que o prazo fosse estipulado para o atendimento das propostas ou de sugestão de outros nomes, e que tivesse o prazo de até quinze dias. A conselheira Júlia sugeriu que o nome da assessora Jaqueline fosse retirado da Comissão Organizadora da VII Conferência Nacional devido ao excesso de tarefas que a mesma tinha em outras assessorias, porém, depois de uma conversa ficou confirmado o nome da assessora para a Comissão. A Senhora Presidente lembrou a todos sobre as dificuldades de viabilizar a contratação de um profissional para exercer o cargo de

Secretário Executivo, assim como, para a contratação da assessoria de comunicação e da assessoria jurídica no prazo sugerido pelos conselheiros. Alegou ser inviável num prazo de quinze dias cumprir a determinada proposta. Falou também da indicação do ex-conselheiro Cláudio Augusto, alegando que a mesma deveria ser feita pelo governo, já que se tratava de um cargo de confiança. O conselheiro Manoel Onofre lembrou a todos que muitos dos projetos ficaram apenas no papel e da importância de existir uma pessoa que agilizasse as proposições do Conanda e da importância dessa pessoa indicada ser da área da infância. A Vice Presidente Júlia lembrou que no Conselho sempre existiu a figura de um Secretário Executivo e ressaltou que não se estava questionando a competência dos funcionários e sim da falta de estrutura do Conselho. A conselheira Miriam lembrou que em seus dois anos de mandato o Conanda já teve dois Secretários Executivos, citando os nomes da Bernadete e do Paulo Marques. Ela também reiterou o nome do ex-conselheiro Cláudio. O conselheiro Ariel esclareceu que o período de vacância e a adequação já passaram e também comentou a respeito dos conselheiros do governo que trabalham em Brasília e que tinham dificuldades em comparecer às assembleias. Argumentou que para ele também era mais difícil, pois atuava como profissional liberal e, mesmo assim, comparecia às reuniões. A conselheira Aurilene argumentou a importância de um Secretário Executivo para se implementar as deliberações do Conselho e que acreditava ser consenso de todos, até mesmo da Senhora Presidente tal importância. Com relação à indicação do ex-conselheiro Cláudio, alegou que, considerava a indicação uma boa sugestão, porém, acreditava ser melhor traçar um perfil do profissional antes da indicação de nomes. O conselheiro Fábio ressaltou a importância de se estabelecer um prazo de quinze dias para se resolver as questões acima citadas. Ressaltou que eles não estavam cobrando e sim se posicionando. A conselheira Núbia reafirmou a importância do Secretário Executivo e a indicação do nome do Ex-conselheiro Cláudio e, também, a necessidade de se estabelecer um prazo para que as demandas fossem realizadas. Neste momento a Senhora Presidente anunciou a saída da assessora Célia Torres do Conanda, não só da Secretaria Executiva, como também da SPDCA e anunciou a entrada da assessora Maria do Céu no seu lugar. A Senhora Maria do Céu, disse esperar atender a todos da melhor forma possível e a assessora Célia informou a todos que havia recebido convite para trabalhar no Ministério da Previdência Social, considerando o mesmo um novo desafio. A Senhora Presidente assumiu o compromisso de garantir no PPA a assessoria de imprensa e a possibilidade de ser feito uma parceria com a Cipó Produções e a ANDI, ou qualquer outra agência de comunicação para efetivar a assessoria de comunicação. Com relação à assessoria jurídica, informou que a mesma já estava em fase de contratação. Quanto à questão da urgência estabelecendo o prazo de quinze dias, alegou que neste prazo poderia ser feito apenas o processo de contratação do assessor jurídico, quanto aos demais cargos propostos não poderia ser garantido antes da realização de reunião com o Secretário Adjunto da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, destacando a importância de que outros conselheiros a acompanhassem na entrega das demandas. O conselheiro Ricardo Caporal disse que era importante levar as expectativas dos conselheiros diretamente ao Senhor Ministro ao invés de falar com o Secretário Adjunto. Afirmou que a proposta que estavam apresentando era de compor a Secretaria Executiva do Conanda. A Senhora Presidente falou que já havia uma pessoa para assumir o Pró Conselho Brasil e que o mesmo poderia colaborar na Secretaria Executiva, para depois pensar na exclusividade de uma outra pessoa para assumir o cargo de Secretário Executiva. Reafirmou que existia uma pessoa para ocupar o cargo de assessor jurídico e o compromisso de colocar a assessoria de comunicação no PPA. O conselheiro Fábio

não gostou da idéia de colocar um funcionário provisório, pois não considerava solução para os problemas. A conselheira Miriam falou a respeito de seus sentimentos em relação ao Conselho e questionou se o Conanda era prioridade para o Ministro. Indagou também, se ele conhecia o Conselho, alegando sentir-se frustrada. O conselheiro Ricardo Caporal acreditava que a Senhora Presidente estava fazendo um esforço muito grande, mas que deveria encaminhar uma audiência com o Ministro, por se tratar de assunto de extrema importância e urgência. O conselheiro Fábio concordou com o conselheiro Ricardo Caporal quanto ao encaminhamento. A Senhora Presidente propôs que a audiência fosse direta com o Secretário Adjunto. A Vice Presidente Júlia insistiu que o Conselho precisava ter um momento com o Ministro. A Senhora Presidente estranhou que fosse colocado novamente o compromisso do Ministro para com o Conselho e reafirmou que ele foi o primeiro Ministro a assegurar o não contingenciamento dos recursos da Subsecretaria e do Fundo Nacional. O conselheiro Fábio fez propôs que não se esperasse a próxima Plenária e sim que a audiência fosse feita já na próxima semana. O conselheiro Manoel Onofre considerou não haver inconveniente do Secretário Adjunto também participar da reunião juntamente com o Ministro. A Senhora Presidente disse acreditar que o Conanda não estava longe do ideal de infra-estrutura, e de não haver evidências quanto ao seu esvaziado. O conselheiro Manoel Onofre disse que a Senhora Presidente tinha tido um entendimento diferente, quando se disse a respeito do Ministro, justificando que tinham assuntos que precisavam ser levados diretamente a ele e que essa era a sua leitura e acreditava ser também dos demais conselheiros. O conselheiro Romão disse que uma das preocupações de todo o grupo era a necessidade do Ministro tomar conhecimento das demandas que envolviam a estruturação do Conanda, não obstante o seu inegável e expressivo esforço em favor do Conselho. O encaminhamento sugerido era para que o Ministro pudesse se pronunciar em relação aos problemas administrativos da Secretaria Executiva, além da necessidade de conversar com urgência com o Secretário Adjunto. Propôs, que nesta audiência fosse apresentado ao Ministro um conjunto de alternativas de encaminhamentos. A Senhora Presidente sugeriu que ela, juntamente com os conselheiros Júlia e Fábio fizessem uma reunião com o Secretário Adjunto Rogério Sottili, na próxima semana e, a possível participação do Ministro na assembleia do próximo mês. **VII - Apresentação da Agenda Social /Área Criança e Adolescente** A Senhora Presidente apresentou o esboço da Agenda Social, destacando um dos pontos considerado o mais importantes que era o enfrentamento das iniquidades. Falou sobre os indicadores de vulnerabilidade, como de educação, ou como de exposição à violência letal, a desmontagem do sistema Febem e a implantação do Sinase e do Pronasci / MJ. Foram ressaltados também três eixos importantes da Agenda: a) abrigamento; b) a incidência do ato infracional na adolescência e a violação do direito de atendimento sócio educativo; c) a violência sexual e a violência intra e extra familiar. A conselheira Júlia questionou onde se incluía o Projeto de Lei de Execução das Medidas Socioeducativas. Já a conselheira Miriam indagou qual era o prazo da agenda, se o mesmo coincidia com o prazo do PPA e qual a data para terminar. A conselheira Maria Ignês demonstrou a sua preocupação com o Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente - PPACA em relação ao Pacto Nacional. A conselheira Aurilene destacou a importância de se construir programas ou ações que fossem multisetoriais. O conselheiro Romão propôs apresentação do Pronasci ao Colegiado na próxima Plenária para que todos tomassem conhecimento do mesmo. A Senhora Presidente respondeu a todos os conselheiros que o Projeto de Execução das Medidas Socioeducativas tinha sido incluído no pacote do Pró-Sinase. Quanto ao pacto nacional ou plataforma, informou o mesmo terá


indicadores de ação. Com relação às dúvidas da conselheira Maria Ignês, a Senhora Presidente informou que ainda havia dúvidas sobre o novo formato do PPACA. Finalizando a apresentação, a proposta para a Agenda Social foi aprovada por unanimidade e com aplausos. **VIII - Relato das Comissões Temáticas:** **1) Comissão Organizadora da VII Conferência Nacional:** a) Aprovação de Kits: O conselheiro Fábio apresentou proposta para que fossem feitos "kit" com a síntese das apresentações dos temas sobre o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, sobre o Sinase e sobre Orçamento e Fundos. Foi sugerido que a conselheira Solange, juntamente com a assessora Mariza da SPDCA elaborassem a síntese do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, e que a síntese do Sinase fosse feita pela Senhora Presidente ou alguém da Subsecretaria que tivesse domínio do conteúdo. Com relação ao Orçamento, foi proposto convidar alguém do Inesc, tendo a proposta sido aprovada por todos; b) Aprovação dos materiais para a conferência (bolsa, boné camiseta, etc); c) Composição da Comissão Organizadora: Foi proposto e aprovado a emissão de resolução com a composição da Comissão Organizadora da VII Conferência Nacional, com a representação de três conselheiros governamentais titulares e três suplentes, o mesmo ocorrendo com os representantes não governamentais, sendo três titulares e três suplentes. Quanto à coordenação da Comissão a mesma também será paritária, sendo um representante governamental e um não governamental. **2) Comissão de Orçamento e Finanças:** a) Edital 2007: O conselheiro Fábio informou sobre a seleção dos projetos encaminhados por meio do Edital e dos procedimentos adotados pela Subsecretaria para a seleção dos mesmos. Neste sentido, a Senhora Presidente informou que havia recebido duzentos e seis projetos, destes, somente trinta e sete foram classificados na fase da análise de documentos exigidos. O conselheiro Fábio propôs um outro edital e que além disso fosse feita uma repescagem dos projetos reprovados por motivo da documentação. Esclareceu que eram documentos pequenos porém, feriram o edital. Foi proposta a criação de um guia para a seleção dos projetos em consonância com o edital. O conselheiro Manoel Onofre concordou com o conselheiro Fábio, acrescentando que a planilha dos projetos aprovados estava completa contendo o nome do proponente, a linha de financiamento, o valor do custeio, o valor de capital, o valor da concedente e o valor do proponente, a fonte dos recursos e a ação. Ressaltou a sua preocupação quanto a "repescagem dos projetos" porque este procedimento, não estava previsto no edital original e tinha receio que alguma entidade pudesse se sentir lesada com o mesmo e viesse impugnar a continuidade das ações. A Senhora Presidente informou que o assunto seria levado à Consultoria Jurídica para parecer. A conselheira Miriam questionou se havia sido feita análise técnica dos projetos. O conselheiro Ariel sugeriu a edição de outro edital já que as prefeituras não cumpriram o prazo para o encaminhamento dos projetos de liberdade assistida. Foi proposto que, caso fosse aprovado novo Edital se estudasse a viabilidade de ser feito um consórcio entre os municípios circunvizinhos. O conselheiro Romão esclareceu que qualquer impugnação do edital impediria que os recursos fossem direcionados àqueles já selecionados. Assim, foi deliberado pela plenária submeter o assunto à Consultoria Jurídica sobre a edição de um guia para os Projetos submetidos à repescagem. Todos os demais itens apresentados foram aprovados pela plenária; b) O conselheiro Ricardo Caporal acrescentou duas propostas: A primeira para que a Comissão se reunisse no dia vinte de junho para concluir e encaminhar os assuntos pendentes junto com a Subsecretaria e a segunda manifestar sobre o que foi apresentado à Subsecretaria em relação ao PPA; c) PPA 2008-2011 - O conselheiro Fábio reiterou a questão debatida anteriormente sobre a inserção do tema criança e adolescente nas prioridades e nos objetivos do

Governo Federal e a conselheira Júlia propôs inserir ações sobre as medidas socioeducativas em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade); d) Comissão de Chancela - Foi informado que os projetos apresentados pela Comissão de Chancela para análise, tinham como fundamento principal o esporte como meio de inclusão social, e que alguns deles incluíam além do esporte outros atendimentos no projeto. Foram aprovados três Projetos Esportivos Sociais; e) Contratação de Consultoria - Outro ponto definido pela Comissão foi a contratação do consultor Mauricio Vian, para finalizar a sistematização das sugestões da consulta pública relativa aos parâmetros sobre criação e funcionamento dos Fundos dos Direitos, até o final do mês de julho próximo; f) Projetos Estratégicos / ABMP - Ilanud - Fonacriad - A Senhora Presidente esclareceu que o Projeto da ABMP necessitava de alguns ajustes antes da sua aprovação, ressaltando que os eram para melhor. Foi ressaltado que o Projeto da ABMP tinha como público alvo, operadores dos direito da criança e do adolescente e que o Projeto do Ilanud contemplava como público alvo os defensores públicos e os Centros de Defesa. O conselheiro Ariel lembrou que tanto no trabalho do Ilanud como da ABMP era fundamental que fossem convidados os Juizes e Promotores para participarem do processo, principalmente os mais progressistas e que tinham atuação mais engajada com o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. Ressaltou que era de fundamental importância a convivência entre os Defensores Públicos, Juizes e Promotores da Infância e da Juventude. Considerou ainda, fundamental o trabalho de defesa técnica fundamentada, que estava sendo proposto pelo Ilanud. O conselheiro Fábio continuou contestando, dizendo que, mesmo com as ressalvas apresentadas ele não modificaria o posicionamento que teve na comissão, de não aprovar os projetos do Ilanud e do Fonacriad, os quais não tinha lido, solicitando que fosse constado em Ata o seu posicionamento contrário. O conselheiro Ricardo Caporal sugeriu que os Projetos fossem encaminhados via e-mail aos conselheiros para se manifestarem e não havendo nenhuma manifestação contrária por parte dos conselheiros até o prazo estipulado, fossem considerados aprovados, mas havendo qualquer manifestação contrária os mesmos precisavam ser novamente submetidos à plenária do mês de julho. A Senhora Presidente não concordou com a proposta dizendo que nenhum dos dois projetos seria trazido de volta e que teria que buscar outra solução na Subsecretaria, esclarecendo que os projetos tinham um prazo de vigência e que os dois eram convênios em continuidade. Propôs que fossem enviados os projetos do Fonacriad, e do Ilanud e do Projeto Legal, que nem se quer fora mencionado, com os respectivos pareceres já feitos pela equipe técnica e que se colocasse como ponto de pauta tanto da comissão quanto desta Plenária, já com antecedência para o próximo mês. A Subsecretaria iria fazer os termos aditivos necessários de prorrogação de prazo para que não expirassem a vigência dos convênios. Lembrou a todos os conselheiros a importância de se buscar o consenso. O conselheiro Eduardo Romão propôs que todo veto fosse justificado por escrito. A proposta foi questionada pelo conselheiro Fábio para melhor esclarecimento sobre o assunto. A conselheira Júlia considerou que os termos aditivos fossem feitos dentro do prazo legal. A proposta foi aprovada por todos; g) Planejamento Estratégico - O conselheiro Fábio destacou a necessidade de inclusão na pauta da próxima reunião da Comissão as ações do planejamento estratégico cronogramadas para o período. A Senhora Presidente informou que a SPDCA estava contemplando dois calendários e que na próxima assembléia fossem discutidas as ações estratégicas a serem consideradas no caso de recebimento de novas propostas de projetos ou na repescagem. Todos os itens propostos pela Comissão e debatidos pela Plenária foram aprovados. 3) **Comissão de Mobilização e Formação:** a) Pesquisa Conhecendo a

realidade: A conselheira Aurilene propôs que fosse feita a divulgação do release sobre a Pesquisa: Conhecendo a Realidade, preparado e apresentado na comissão pelo Gerente de Projetos do Pró Conselho Brasil, Senhor Alberto Albino e a assessora de Comunicação Social da SEDH, Senhora Tais, e que fosse disponibilizado no site do Conanda, assim como a Pesquisa; contratar consultoria do Ipea para avaliar a pesquisa com recorte para a situação dos Estados e propor encaminhamentos; b) Consultas sobre Conselhos: Foi proposto ainda, que todas as respostas de documentos de consultas dos Conselhos dos Direitos e dos Conselhos Tutelares que chegassem ao Conanda, fossem enviados anteriormente à coordenadora da Comissão e a Presidente do Conselho; c) Conselho Tutelar: Foi proposto retomar as discussões sobre o anteprojeto de lei na plenária do mês de agosto, enviar o texto aos conselheiros via e-mail, definir sobre a contratação do consultor para finalizar o documento e recuperar informações sobre outros projetos de leis sobre o tema; d) Mídia Training: Incluir na pauta da assembléia do mês de setembro o treinamento em mídia para os conselheiros; e) Caravana Comunidade Segura: Com relação ao pedido do uso da logomarca do Conanda o mesmo não foi autorizado tendo em vista que os documentos e os materiais a serem utilizados no evento não foram submetidos à análise do Conselho com antecedência. Quanto a Caravana foi definido que os conselheiros que residissem nas cidades onde as mesmas fossem realizadas se manifestassem sobre a viabilidade de representar o Conanda no evento. A Caravana percorrerá as cidades do Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Belém, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Vitória e Brasília; f) Convite Conjuv: A conselheira Maria Luiza foi indicada para representar o Conanda na Mesa de abertura e na oficina a ser realizada pelo Conselho Nacional da Juventude sobre redução da maioria penal nos dias dezessete e dezoito de julho, na cidade do Rio de Janeiro; g) Contratação de Consultoria: Foi proposta e aprovada a indicação do perfil do consultor para elaboração de resolução com parâmetros de criação e funcionamento de Delegacias Especiais, Defensorias Públicas, Varas Especiais e Núcleos de Atendimento Integrado; h) Cartilha Passo-a-Passo: Foi aprovada a inclusão sobre a questão da diversidade, contemplando a criança e o adolescente quilombola, indígena, deficiente e outros. Finalizando a conselheira Aurilene propôs que a Carta de Belém fosse aprovada e que as propostas a serem deliberadas na Comissão de Políticas Públicas fossem passadas via e-mail aos conselheiros. 4) Comissão de Políticas Públicas: O conselheiro Ariel fez o relato dos trabalhos propondo os seguintes encaminhamentos: a) Ação do PPA / Adolescente Trabalhador Banco do Brasil: Foi proposto transformar a ação adolescente trabalhador em programa para o adolescente aprendiz para financiamento de entidades sem fins lucrativos que trabalham com aprendizagem; solicitar informações ao Ministério da Educação sobre a atuação do mesmo na área de aprendizagem e na área de estágio; b) Convite: Convidar o Conselho Nacional da Juventude para debater proposta que amplia a idade da aprendizagem de dezoito para vinte e quatro anos; c) Portaria MTE: Reiterar ofícios aos Ministro do Trabalho e Emprego e ao Secretário de Políticas Públicas informações sobre a Portaria que regulamenta o Decreto de Aprendizagem; d) Realização de Oficina: Realizar oficina sobre aprendizagem em parceria com o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho e Emprego; e) GT Aprendizagem: Reativar o Grupo de Trabalho sobre aprendizagem do Conanda e agendar reunião. Participantes do GT: conselheiros Antônio, Miriam, Leandro e Deuzinéa. f) Fundo Sistema "S": Verificar junto a Previdência Social / Receita Federal sobre os recursos do Fundo do Sistema "S" - O conselheiro Eduardo Basso verificará junto a Previdência e à Receita Federal a existência do mesmo; g) Dezoito de Maio: A Comissão propôs que o Conselho avaliasse as atividades da Assembléia

Descentralizada no Estado do Pará. Na avaliação da Comissão o Conselho Estadual estava desarticulado; o governo federal não havia se comunicado direito com o governo estadual; a SPDCA priorizou as ações que seriam lançadas pela Secretaria na semana posterior e não a Assembléia do Conanda; não foram ouvidos as vítimas de exploração e abuso, nem seus familiares; problemas estruturais do Conanda não possibilitaram uma melhor articulação com o Estado. Necessidade de melhor planejamento das assembleias descentralizadas e seus impactos e objetivo; h) Convidados: O Presidente do Conselho Municipal de São Paulo e a Secretária Executiva participaram da Assembléia e ficaram de efetivar convite com indicação de tema para que o Conanda realizasse Assembléia Descentralizada no Estado. A Comissão debateu a possibilidade de realização de pelo menos duas Assembleias Descentralizadas por ano, bem como analisar outros pedidos de Conselhos Municipais e ou Estaduais que possam apoiar com estrutura para o deslocamento dos conselheiros e a instalação das atividades; i) Reunião Conjunta: A pedido do Conselho Nacional de Assistência Social agendar reunião conjunta das Comissões de Políticas Públicas do Conanda e do CNAS, para o dia dezessete de julho próximo para tratarem de assuntos referentes ao Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária; j) Fundação Casa: Agendar urgentemente vistoria na Fundação Casa / Tatuapé, em cumprimento a Medida Cautelar da Comissão Interamericana de Direitos Humanos; l) Crianças e Adolescentes Apátridas: Foi proposto e aprovado que os conselheiros Ariel e Eduardo Basso elaborarão manifestação do Conanda a favor do parecer da Deputada Rita Camata ao Projeto de Emenda Constitucional duzentos e setenta e dois, restituindo a nacionalidade brasileira às crianças nascidas no exterior desde mil novecentos e noventa e quatro; m) Caso Vereador Agnaldo Timóteo: Considerando que a Câmara Municipal de São Paulo oficiou não constar mais de seus arquivos às notas taquigráficas do pronunciamento do Vereador, retiradas a pedido do mesmo, o Conanda deverá requisitar cópia das gravações às Rádios: Jovem Pan e VBN, contendo o pronunciamento do Vereador; n) Esclarecimentos: A Comissão solicitou informações sobre: a Comissão Intersetorial do Sinase no que diz respeito a falta de reuniões e a conclusão da sistematização das ações dos ministérios que compõe a Comissão e sobre o parecer relativo ao Projeto de Lei de Execução de Medidas Socioeducativas e o seu encaminhamento ao Congresso Nacional; a realização da Vídeo-Conferência com os Conselhos Estaduais e Fóruns DCA sobre a mobilização contra a redução da idade penal, sobre a implantação do sinase nos estados e municípios e o encaminhamento dos ofícios aos Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos para que se posicionassem contra a redução da idade penal. Por fim o relator informou que o mandado de segurança sobre a redução da idade penal ainda estava sendo elaborado, propondo que o mesmo fosse impetrado no Supremo Tribunal Federal, no dia treze de julho, aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente; o) Questão Indígena: O conselheiro Ariel destacou a necessidade de implementação e execução do Projeto de capacitação para conselheiros tutelares e conselheiros dos direitos do Mato Grosso do Sul, bem como o acompanhamento pelos membros da Comissão de Políticas Públicas; convidar os especialistas Rubens e Rosângela para participarem da Assembléia do mês de agosto para discutir a questão da criança indígena, bem como solicitar outras indicações de nomes para debater o assunto. A Comissão propôs e foi aprovada Assembléia descentralizada no mês de outubro na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, para discutir a questão da criança e do adolescente indígenas; p) Encontro Quilombola: Informados que o mesmo será realizado no período de um a quatro de julho, com a abertura no Palácio do Planalto e as oficinas na Sede da Contag. Foram designados os conselheiros Antônio, Miriam,

Cristina, Solange e Núbia para representarem o Conanda no evento. Por fim foi solicitado aos conselheiros encaminhar à Secretaria Executiva a relação das representações nas Comissões Externas as quais representam e convidar os Ministérios do Trabalho e Emprego, Cultura, Esporte e Saúde para apresentarem seus PPA - fase qualitativa, na Assembléia do mês de julho. Não havendo mais nada para ser tratado, a Senhora Presidente agradeceu a presença de todos dando por encerrada a Assembléia. Para constar, esta ata após lida e aprovada será assinada pela Senhora Presidente.


Carmem Silveira de Oliveira
Presidente